

Compreendendo o processo de inclusão:

Limitadores
e facilitadores

Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Compreendendo o processo de inclusão:

Limitadores
e facilitadores

Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Compreendendo o processo de inclusão: limitadores e facilitadores

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Correção: Bruno Oliveira

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizadores: Edwaldo Costa

Suélen Keiko Hara Takahama

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737 Compreendendo o processo de inclusão: limitadores e facilitadores / Organizadores Edwaldo Costa, Suélen Keiko Hara Takahama. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-618-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.185211811>

1. Inclusão. I. Costa, Edwaldo (Organizador). II. Takahama, Suélen Keiko Hara (Organizadora). III. Título. CDD 371.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Este e-book lança um olhar para a Educação Inclusiva, mais especificamente sobre limitadores e facilitadores. Os textos que o compõem são reflexões que visam compreender os contornos que a Educação e seus componentes estabelecem entre si e com outras tessituras sociais. Trata-se, portanto, de uma necessária atitude crítica diante do campo em toda a sua complexidade, para mirar suas reconfigurações, seus atravessamentos e os sentidos que os fatos educacionais produzem na contemporaneidade.

Os capítulos analisam uma pluralidade de questões, apresentando problemas de pesquisas que abrangem: a educação inclusiva em um processo de formação continuada do ensino fundamental, o uso da língua de sinais como comunicação, acessibilidade na escola, a inclusão da criança autista em sala de aula e a educação inclusiva durante a pandemia de Covid-19.

Um dos objetivos deste e-book é propor análises e fomentar discussões sobre a educação a partir de diferentes pontos de vista: político, social, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição.

Por fim, espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, temas, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, este e-book ofereça uma contribuição plural e significativa.

Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA: UM ESTUDO DE CASO	
Suellen Natali Azevedo Rocha	
Tatiane da Silva Ortellado	
Sara Souza Batista	
Eleandra Neri Leite	
Dulcineide Domitila Junglos	
Adriana Silveira Monteiro Rodrigues	
Luciana Silveira Monteiro	
Rosilda Silveira Monteiro	
Jane Silvia Chaquime Pizato	
Maria Madalena Freitas Barbosa	
Luci Almeida Da Silva	
Sonia Maria Gomes da Silva Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118111	
CAPÍTULO 2	13
ACESSIBILIDADE NA ESCOLA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Gislaine Ferreira Menino-Mencia	
Maria de Fátima Belancieri	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118112	
CAPÍTULO 3	24
APRAXIA: O USO DA LÍNGUA DE SINAIS COMO COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA	
Patrícia de Oliveira Neiva Miguel	
Rosângela Lopes Borges	
Kássia Mariano de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118113	
CAPÍTULO 4	32
CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Rosimeire Ferreira Diniz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118114	
CAPÍTULO 5	48
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	
Edwaldo Costa	
Suélen Keiko Hara Takahama	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118115	
SOBRE OS ORGANIZADORES	61
ÍNDICE REMISSIVO	62

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Data de aceite: 01/11/2021

Rosimeire Ferreira Diniz

FrutaL/MG

RESUMO: Para compreender como tem ocorrido esse processo de educação inclusiva no ensino regular. É necessário conhecer as práticas das professoras das classes comuns do ensino regular com foco na educação inclusiva. Estudos sobre essa temática têm despertado interesse de pesquisadores, por essas razões esta pesquisa será realizada com o objetivo de analisar as concepções de educação inclusiva de formação continuada com professores do ensino fundamental de uma escola pública de FrutaL/MG. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que terá como procedimentos pesquisas descritiva de professoras do ensino regular, em seguida oficinas de reflexões com professoras do será desenvolvido a partir dos fundamentos teóricos de Paulo Freire de outros autores, que abordam a educação inclusiva presente na formação continuada, Os dados levantados serão trabalhados em unidades de análise de acordo com o método de Bardin e serão e serão comparados com a finalidade de compreender os critérios de escolha e de delimitação das categorias são determinados pelos temas relacionados aos objetos de pesquisa e identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, formação continuada, alunos com necessidades especiais.

CONSIDERATIONS ABOUT INCLUSIVE EDUCATION IN THE FORMATION PROCESS OF THE BASIC EDUCATION

ABSTRACT: To understand how this process of inclusive education has taken place in regular education. It is necessary to know the practices of teachers from regular classes in regular education with a focus on inclusive education. Studies on this topic have aroused the interest of researchers, for these reasons this research will be carried out with the aim of analyzing the concepts of inclusive continuing education education with elementary school teachers in a public school in FrutaL/MG. This is a qualitative research that will have descriptive research procedures with regular education teachers, then reflection workshops with teachers will be developed from the theoretical foundations of Paulo Freire and other authors, who address the inclusive education present in continuing education , The data collected will be worked in units of analysis according to the method of Bardin and will be and will be compared in order to understand the criteria for choosing and delimiting the categories are determined by the themes related to the research objects and identified in the speeches of the researched subjects.

KEYWORDS: Educação inclusiva, formação continuada, alunos com necessidades especiais.

1 | INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Para compreender como tem ocorrido esse processo de educação inclusiva no ensino regular. É necessário conhecer as práticas das professoras das classes comuns do ensino

regular com foco na educação inclusiva..A escola inclusiva tem como objetivo, ensinar os educando a compartilhar mediar os saberes, os sentidos diferentes das coisas, as emoções, as alterações e as trocas de experiências. É no ambiente escolar na escola que os indivíduos desenvolvem o espírito crítico, favorecendo o crescimento, a interação, a motivação para assim consolidar a aprendizagem de forma efetiva, com a cooperação e colaboração com o outro em todas as suas dimensões; e esta nova perspectiva de educação é um grande avanço, pois contrasta com um passado, e muitas vezes presente, altamente excludente e preconceituoso.A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 estabelece o marco da educação inclusiva no Brasil, onde, em seu artigo 3º, inciso I do Título II, expressa o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e em seu artigo 4º, inciso III do Título III, o “atendimento educacional especializado gratuito aos educando com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Sendo assim torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos.

A proposta da Inclusão Escolar não se restringe apenas às ideias de oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais a sua aceitação e sim a todos os grupos minoritários, sendo um lugar nas salas comuns das escolas como meros espectadores; e sim participando ativamente do processo como uma proposta que visa atender as necessidades individuais dos alunos com respeito, aceitação e responsabilidades.

Por tudo isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldade de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p.24)

Nesse sentido, questionam-se como os profissionais têm sido preparados para enfrentar as exigências necessárias ao seu preparo didático-pedagógico? “O fato é que, de maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão” (Pletsch, 2009, p.150). No Brasil, a formação de professores segue um modelo inadequado e que não acompanha as mudanças contemporâneas, como as reivindicações da educação inclusiva. Pletsch (2009) lembra que “dentre os cursos de Pedagogia e de Pedagogia com habilitação em Educação Especial, poucos são aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais” (PLETSCH, 2009, p.150).

O que se ressalta é que, ainda que os professores não estejam preparados para a inclusão, estes se avigoram para que suas necessidades sejam atendidas, seja pela busca de metodologias de estudo que se adaptem à nova realidade, seja pelos conhecimentos construídos a partir de experiências compartilhadas coletivamente em seus grupos e que se modificam em significados para cada fato.

Portanto, este trabalho reflete sobre a educação inclusiva em um método de formação

continuada do ensino fundamental II com o intuito de se apontar os conceitos e práticas pedagógicas na educação inclusiva do município de Frutal/ MG. A partir daí, dizemos que neste momento existe a necessidade de se pensar em um novo modelo educativo fim de incluir estes novos alunos com necessidades específicas. Temos de ir muito além de simples recursos didáticos na escola, há necessidade de se ter educadores realmente capacitados, com aceitação atenderem de forma mais compreensivo, eficaz diversidade educativa existente na população escolar.

Ao referirmos à atuação do professor, pressupomos uma ação conjunta, com o envolvimento da escola, que disponibiliza os recursos necessários, bem como os apoios de equipe pedagógica, que lhe de em o suporte adequado para ensinar todos os alunos que compõem a heterogeneidade da sala de aula. Para Padilha: “À escola cabe, porém, dispor de recursos e procedimentos não uniformes para que os alunos tenham possibilidades de caminhar além de seus limites.” (PADILHA, 2004, p. 77).

Quando nos referimos aos processos de interações, devemos de ter claro que esses não acontecem apenas entre as pessoas como: entre aluno e alunos, alunos e professor, mas também entre alunos e materiais e equipamentos, recursos pedagógicos e o próprio sujeito com suas aprendizagens anteriores. “[...] a transformação de um processo dá se de um funcionamento interpessoal (social) para o intrapessoal, isto é, de que as ações do sujeito são SEMPRE mediadas pelo outro e passam ao plano intrapessoal pelo processo de internalização.” (PADILHA, 2004, p. 54).

Ao considerar todas essas relação exibida por Padilha percebeu a complexidade do conceito de formação de professores, que vai além das experiências até sua a escolha da profissão, da passagem pelo curso de formação oficial, mas adentra a prática profissional e permanece ativa para sempre. Atualmente ouvimos dizer tanto a respeito de inclusão, especialmente nos mais diversos meios educacionais.

De acordo (Freire, 2001:45), Individuo no gozo os direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a r dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão.

“Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiados certos de nossa certeza” (FREIRE, 1996, p.30).

Portanto numa perspectiva educacional que se proponha a viabilizar a ação de aprender numa direção inclusiva ação deve estar em razão do intuito intenção de incluir deve estar posta em primeiro lugar, visando garantir efetivamente a participação e a aprendizagem do aluno.

A educação libertadora proposta por Paulo Freire, por sua face crítica e educativa, pode servir de importante instrumento de emancipação do homem diante da opressão, pois, ela demonstra sua preocupação diante da realidade vivida pelo educando, propondo

intervenção prática no ambiente cotidiano escolar, de forma dinâmica, transformadora, considerando, a todo instante, a realidade concreta, singular e peculiar de cada educando.

Neste sentido deve-se perceber que na sociedade contamos com as mais variadas diferenças: como cultural financeira ou física, por exemplo, falar em inclusão principalmente educacional destes mais variados públicos é entender que não se trata de “mudar” o modo de ensinar apenas para aprovar os tidos como portadores de necessidades especiais, mas com o objetivo de atender a todos os alunos que possuem algum tipo de dificuldade de aprendizado, sempre com considerações.

Discutir a formação de professores faz-se imprescindível voltar à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, Lei 9.394 (BRASIL, 1996) que constitui a formação de professores da educação básica em nível superior, em graduação plena e em licenciaturas. Desde então todos os novos professores do ensino fundamental e infantil do Brasil têm essa exigência e aqueles que já estivessem atuando e tinha formação em nível médio, magistério, teve que se adequar a essa nova regra. Ainda de acordo com a LDB, fica a cargo dos sistemas de ensino o aperfeiçoamento profissional continuado dos professores bem como a garantia de um período para estudos para esse mesmo professor, incluído em sua carga horária de trabalho. Este disposto é considerado como manutenção e desenvolvimento do ensino em vistas das despesas geradas por essa demanda.

Considerando a grande método de informações que surgem todo instante, novas proposta e ensino, a atualização da legislação educacional, pode considerar que o professor precisa estar sempre atualizado sua formação. Desse modo o objetivo central deste estudo é recomendar contribuição uma formação continuada para os docentes que atuam no ensino. As instituições universitárias se limitam a ensinar o futuro professor a tomar decisões que visam à aplicação técnica de conhecimentos científicos, como se assim fosse possível solucionar problemas da vida real.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação a Lei 9394/96 em seu TÍTULO VI que trata dos Profissionais da Educação em seu Art. 63º. Determina que:

Os institutos superiores de educação manterão:

III programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 67º. Os sistemas de ensino promoverão

Valorização dos profissionais da educação, assegurando - lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

V período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

Acredita-se que o ser humano, enquanto ser vivo edifica-se a cada dia e assim vai assim vai dominando cada vez mais o seu espaço. Apenas através da formação continuada

o professor estará se edificando como educador.

Para além das políticas que regulamentam a formação de professores no Brasil, faz-se necessário e interessante buscar informações sobre o que vem sendo produzido e publicado sobre a temática. Gatti (2011) apresenta um dado importante sobre o interesse dos pesquisadores pelo tema formação de professores ao longo dos anos finais do século XX e os iniciais do século XXI, como destaca o trecho a seguir:

As pesquisas sobre formação de professores cresceram muito nos últimos anos. O mapeamento da produção acadêmica dos pós-graduandos na área de educação, realizado por André (2009) mostra que, na década de 1990, o volume proporcional de dissertações e teses da área de educação que tinham como foco a formação de professores girava em torno de 7%; já no início dos anos de 2000, esse percentual cresce rapidamente, atingindo 22%, em 2007. A mudança não ocorreu apenas no volume de pesquisas, mas também nos objetos de estudo: nos anos de 1990, a grande maioria das investigações científicas nessa subárea centrava-se nos cursos de formação inicial (75%); nos anos de 2000, o foco dirige-se ao (à) professor (a), aos seus saberes, às suas práticas, às suas opiniões e às suas representações, chegando a 53% do total de estudos. (GATTI, 2011, p. 15).

Como o período da amostra refere-se a mudanças significativas nas políticas de formação docente no país, essa evolução no perfil das pesquisas desenvolvidas mostra-se bastante relevante já que o foco é alterado e os professores ganham voz. Essa voz pode permitir que a formação docente seja avaliada pelos seus atores e não somente por ela mesma. Além disso, o aumento do percentual de trabalhos voltados para o tema mostra também um aumento do interesse sobre o mesmo.

2 | PROBLEMATIZAÇÃO

2.1 Que concepção de educação inclusiva tem os participantes desta pesquisa.

2.2 Como perspectivas freirinha podem contribuir para uma reflexão dos professores sobre a educação inclusiva.

3 | OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar as concepções de educação inclusiva em projetos de formação continuada de professores do 9º ano ensino fundamental de uma escola pública de Frutal/MG.

3.2 Específicos

- Descrever as concepções dos professores participantes?
- Compreender, a partir dos fundamentos de Paulo Freire, como a formação continuada pode contribuir para uma educação inclusiva.

4 | METODOLOGIA

A pesquisa de campo acontecerá em uma escola estadual da cidade de Frutal-Mg, na qual estão matriculados alunos com deficiência. A escola funciona há 44 anos e possui turmas de 5º ao 9º ano do ensino fundamental, ensino médio, ensino normal em nível médio, Cursos Profissionalizantes e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Optamos por realizar a pesquisa com profissionais que atuam com alunos ao 9º ano do Ensino Fundamental, sendo elas professoras da sala de aula ensino regular. O critério de escolha da escola se deve ao fato de que a pesquisadora é professora do Ensino Médio desta escola. Isso pode facilitar a aceitação e participação das professoras na pesquisa, uma vez que a pesquisadora faz parte da equipe docente, portanto tem interesse que a move como pesquisadora para compreender a relação da formação continuada com o ensino regular, tendo em vista uma educação inclusiva. A contribuição para esta determinada escola será o meu trabalho com as considerações e embasamentos feitos no decorrer da dissertação para servir de suporte para este corpo docente visto as práticas pedagógicas feitas por eles e analisados e embasados dentro da teoria freiriana.

A pesquisa se realizará a partir de uma abordagem qualitativa. Para Minayo (1993), a pesquisa qualitativa se define como espaço próprio da investigação de questões que não se estabelecem por meio de quantificações, que devem ser buscadas para além da aparência do fenômeno, além de responder às questões singulares do cotidiano escolar, em toda sua complexidade e em contexto natural.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1993:22)

O estudo qualitativo será realizado por meio de dois instrumentos de pesquisa: pesquisa, descritivas e oficinas de reflexões no ambiente familiar e no ambiente escolar.

Aproveitaremos uma reunião de módulo para explicar sobre o projeto de pesquisa aos professores para participar da pesquisa de forma voluntária. Explicaremos aos professores que a pesquisa deverá ser realizada no ambiente escolar, portanto ele terá que ter disponibilidade para receber a pesquisadora. As entrevistas serão gravadas em áudio, transcritas e analisadas. Caso tenha mais de 10 pais interessados em participar, faremos um sorteio, para que a escolha seja feita de forma aleatória. Os professores serão entrevistados dentro da escola e as entrevistas também serão gravadas em áudio, transcritas e analisadas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.178),

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um

problema social.

As entrevistas com as professoras seguirão um roteiro preestabelecido (ANEXO A e ANEXO B). As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Tais entrevistas passarão por um pré-teste, que de acordo com Gil (2002, p. 119),

[...] não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos. Ele está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretende medir. [...] Caso o procedimento escolhido seja a entrevista ou o formulário, seleciona-se alguns indivíduos representativos do universo a ser pesquisado, os quais respondem às questões propostas. A seguir, solicitam-se do entrevistado informações acerca das dificuldades encontradas para respondê-las.

Para o pré-teste da pesquisa, convidaremos professores da escola para participarem da entrevista de forma aleatória, para que assim possamos avaliar o nosso instrumento de pesquisa.

Após a organização dos dados obtidos na primeira fase, serão criados dois grupos focais. De acordo com Carlini-Cotrim (1996, p. 286) o grupo focal “é um método de pesquisa qualitativa que pode ser utilizado no entendimento de como se formam as diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviços”.

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de idéias partilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros (GATTI, 2012, p. 11)

Serão criados dois grupos focais: um com os pais ou responsáveis e outro com os professores separadamente, para que os participantes possam interagir e discutir sobre como é a participação deles na constituição autora e leitora das crianças. A proposta é promover dois encontros com cada grupo, de aproximadamente 50 minutos cada. Os grupos serão realizados na escola, em uma sala disponibilizada para esse fim. Os encontros serão gravados em vídeo e áudio, transcritos e analisados. Para a realização dos grupos oficinas de reflexões foi elaborado um roteiro (APÊNDICE B), que segundo Gatti (2012, p. 17),

O roteiro elaborado como forma de orientar e estimular a discussão deve ser utilizado com flexibilidade, de modo que ajustes durante o decorrer do trabalho podem ser feitos, com abordagem de tópicos não previstos, ou deixando-se de lado esta ou aquela questão do roteiro, em função do processo interativo

concretizado. O próprio processo grupal deve ser flexível, embora sem perder de vista os objetivos da pesquisa.

Os critérios de inclusão da pesquisa, para os professores são: ser professor de 25 a 52 anos da escola pesquisada; interesse em participar da pesquisa após tomar conhecimento do projeto; ter aceitado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C); ter disponibilidade de tempo para participar da entrevista e do grupo oficinas de reflexões. critérios de exclusão da pesquisa são: não concordância em participar da pesquisa; aceitar participar, mas não concordar em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C) e disponibilidade de tempo para participar das entrevistas e grupo oficinas de reflexões.

O pesquisador solicitará permissão aos voluntários para proceder à aplicação das entrevistas e a realização das oficinas de reflexões, quando este se identificará explicando e esclarecendo sobre os objetivos da pesquisa. as professoras serão convidadas a participarem da pesquisa, sendo apresentada a entrevista que será respondida e os temas centrais que serão abordados nas oficinas de reflexões, certificando-o sobre o sigilo que será mantido em relação a sua pessoa.

Será respeitada a privacidade, sigilo e a liberdade de recusar-se a participar da pesquisa, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Caso ocorra percepção, por parte do pesquisador, de algum sinal de desconforto, ansiedade ou constrangimento do sujeito, o mesmo terá sua abordagem/participação imediatamente encerrada.

Posteriormente ao convite para a participação na pesquisa, caso aceitem participar os sujeitos serão convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com as diretrizes da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Será explicado o intuito do trabalho, mostrando os benefícios que a pesquisa trará para o maior entendimento da relação da formação continuada com o ensino regular, tendo em vista uma educação inclusiva.

Como a pesquisa acontecerá, sendo garantido o sigilo e anonimato, visando assim salvaguardar os direitos dos sujeitos envolvidos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será constituído por duas cópias, sendo uma pertencente ao sujeito da pesquisa, a fim de que tenha acesso aos telefones do pesquisador e da instituição; e a segunda via será arquivada pelas pesquisadoras.

Após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os sujeitos da pesquisa serão entrevistados de forma individual para evitar a interferência nas respostas. Quando terminarem, a entrevista e os relatos das oficinas de reflexões ficarão sob a responsabilidade do pesquisador.

A pesquisa será dada por encerrada caso os sujeitos não concordem em participar ou assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ou ainda se decidirem desistir de sua participação em qualquer fase da realização deste trabalho.

Este estudo foi planejado para que os riscos sejam minimizados e medidas protetivas sejam tomadas. Antes eles serão informados sobre o projeto e sua participação no processo, assim como prestaremos informações durante todo o processo de pesquisa. A participação dos sujeitos é voluntária e consciente, e tudo será feito para que fiquem claros os objetivos das entrevistas e das oficinas de reflexões, assim como as contribuições que resultarão da participação de cada sujeito. Tomaremos os cuidados para professores, participantes do estudo, não se sintam expostos a nenhum tipo de constrangimento. Os professores não serão submetidos a julgamentos culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como também os hábitos e costumes, nas entrevistas e grupos focais. Também serão informados que poderão desistir a qualquer momento de continuarem participando do estudo. Caso se recusem a participar ou desistam durante o estudo, os sujeitos não correrão os riscos de qualquer penalização ou de quaisquer prejuízos pessoais ou profissionais.

Os benefícios da pesquisa estão limitados à investigação do tema proposto na pesquisa. As contribuições devem apontar aos participantes da pesquisa e à escola como um todos os professores a criarem condições para que essa formação continuada com o ensino regular, tendo em vista intencionalmente planejada e adequadamente realizada pelos professores uma educação inclusiva.

Os pesquisadores têm a responsabilidade de manter o sigilo quanto às informações coletadas, publicar os dados sem constranger os sujeitos e promover sua colaboração para o crescimento da pesquisa científica. É de responsabilidade dos pesquisadores também, arquivar a segunda cópia assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido durante o período de cinco anos.

5 | FUNDAMENTOS TEORICOS

5.1 A educação inclusiva

Partimos do conceito de que se existe uma classe homogênea, onde os alunos realizam as mesmas tarefas, terá de ceder lugar à classe heterogênea, onde pessoas com diferenças convivem e aprendem de acordo com suas particularidades.

A partir daí, dizemos que neste momento existe a necessidade de se pensar em um novo modelo educativo fim de incluir estes novos alunos com necessidades específicas. Temos de ir muito além de simples recursos didáticos na escola, há necessidade de se ter educadores realmente capacitados, com aceitação atender de forma mais compreensivo, eficaz diversidade educativa existente na população escolar.

Ao referirmos à atuação do professor, pressupomos uma ação conjunta, com o envolvimento da escola, que disponibiliza os recursos necessários, bem como os apoios de equipe pedagógica, que lhe de em o suporte adequado para ensinar todos os alunos que compõem a heterogeneidade da sala de aula. Para Padilha: “À escola cabe, porém, dispor

de recursos e procedimentos não uniformes para que os alunos tenham possibilidades de caminhar além de seus limites.” (PADILHA, 2004, p. 77).

Quando nos referimos aos processos de interações, devemos de ter claro que esses não acontecem apenas entre as pessoas como: entre aluno e alunos, alunos e professor, mas também entre alunos e materiais e equipamentos, recursos pedagógicos e o próprio sujeito com suas aprendizagens anteriores. “[...] a transformação de um processo dá se de um funcionamento interpessoal (social) para o intrapessoal, isto é, de que as ações do sujeito são SEMPRE mediadas pelo outro e passam ao plano intrapessoal pelo processo de internalização.” (PADILHA, 2004, p. 54).

Ao considerar todas essas relação exibida por Padilha percebeu a complexidade do conceito de formação de professores, que vai além das experiências até a escolha da profissão, da passagem pelo curso de formação oficial, mas adentra a prática profissional e permanece ativa para sempre.

5.2 Inclusões escolares na perspectiva da educação

Atualmente ouvimos dizer tanto a respeito de inclusão, especialmente nos mais diversos meios educacionais.

De acordo (Freire, 2001:45),Individuo no gozo os direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a r dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão.

“Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiados certos de nossa certeza” (FREIRE, 1996, p.30).

Portanto numa perspectiva educacional que se proponha a viabilizar a ação de aprender numa direção inclusiva ação deve estar em razão do intuito intenção de incluir deve estar posta em primeiro lugar, visando garantir efetivamente a participação e a aprendizagem do aluno.

A educação libertadora proposta por Paulo Freire, por sua face crítica e educativa, pode servir de importante instrumento de emancipação do homem diante da opressão, pois, ela demonstra sua preocupação diante da realidade vivida pelo educando, propondo intervenção prática no ambiente cotidiano escolar, de forma dinâmica, transformadora, considerando, a todo instante, a realidade concreta, singular e peculiar de cada educando. A concepção inclusiva idealizada pela Organização das Nações Unidas ONU e pelo Banco Mundial, em virtude de estar fundamentada na falsa solidariedade, pois inseriu o aluno com Necessidades Educativas Especiais NEEs sobre a alteridade do diferente, em um contexto educacional totalmente desfavorável ao seu desenvolvimento social e cognitivo. Esta escola para todos não se configura como um instrumento de resgate da cidadania dos cidadãos transformadora, considerando, a todo instante, a realidade concreta, singular e peculiar de cada. Esclarecer novos estigmas que influenciam de forma determinante a

desvalorização e desumanização destes educando, impondo-lhes a condição de cidadão de segunda categoria, ao mesmo tempo reafirma o padrão construído de normalidade, como o melhor, como o ideal, como o modelo sobre o qual todos devem ser construídos. Freire (2005, p.33) desvela que a falsa generosidade trata-se de um mecanismo de manutenção da segregação dos alunos, particularmente no presente estudo, com NEEs quando relata que:

Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria.

Neste sentido pedagogia da inclusão é política, sua intencionalidade ideológica está pautada na convicção que a institucionalização de um padrão de normalidade para os seres humanos e a consequente categorização pejorativa dos homens e mulheres como anormais, deficientes e diferentes, fundamentada no comportamento ou na estrutura física, que não correspondem às expectativas desse modelo idealizado, trata-se de uma construção social. Conforme Freire (2001, p.23):

Busca de uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados nem dos favorecidos. Isso, porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades, desocultadora, iluminadora das tramas sociais e históricas. Uma prática fundamentalmente justa e ética contra a exploração dos homens e das mulheres e em favor de sua vocação de ser mais.

Neste sentido deve-se perceber que na sociedade contamos com as mais variadas diferenças: como cultural financeira ou física, por exemplo, falar em inclusão principalmente educacional destes mais variados públicos é entender que não se trata de “mudar” o modo de ensinar apenas para aprovar os tidos como portadores de necessidades especiais, mas com o objetivo de atender a todos os alunos que possuem algum tipo de dificuldade de aprendizado, sempre

Com considerações.

5.3 Formação continuada

Discutir a formação de professores faz-se imprescindível voltar à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, Lei 9.394 (BRASIL, 1996) que constitui a formação de professores da educação básica em nível superior, em graduação plena e em licenciaturas. Desde então todos os novos professores do ensino fundamental e infantil do Brasil têm essa exigência e aqueles que já estivessem atuando e tinha formação em nível médio, magistério, teve que se adequar a essa nova regra. Ainda de acordo com a LDB, fica a cargo dos sistemas de ensino o aperfeiçoamento profissional continuado dos professores bem como a garantia de um período para estudos para esse mesmo professor, incluído em sua carga horária de trabalho. Este disposto é considerado como manutenção e desenvolvimento do ensino em

vistas das despesas geradas por essa demanda.

Considerando a grande método de informações que surgem todo instante, novas proposta de ensino, a atualização da legislação educacional, pode considerar que o professor precisa estar sempre atualizado sua formação. Desse modo o objetivo central deste estudo é recomendar contribuição uma formação continuada para os docentes que atuam no ensino. As instituições universitárias se limitam a ensinar o futuro professor a tomar decisões que visam à aplicação técnica de conhecimentos científicos, como se assim fosse possível solucionar problemas da vida real.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação a Lei 9394/96 em seu TÍTULO VI que trata dos Profissionais da Educação em seu Art. 63º. Determina que:

Os institutos superiores de educação manterão:

III programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 67º. Os sistemas de ensino promoverão

Valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

V período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

Acredita-se que o ser humano, enquanto ser vivo edifica-se a cada dia e assim vai dominando cada vez mais o seu espaço. Apenas através da formação continuada o professor estará se edificando como educador.

Para além das políticas que regulamentam a formação de professores no Brasil, faz-se necessário e interessante buscar informações sobre o que vem sendo produzido e publicado sobre a temática. Gatti (2011) apresenta um dado importante sobre o interesse dos pesquisadores pelo tema formação de professores ao longo dos anos finais do século XX e os iniciais do século XXI, como destaca o trecho a seguir:

As pesquisas sobre formação de professores cresceram muito nos últimos anos. O mapeamento da produção acadêmica dos pós-graduandos na área de educação, realizado por André (2009) mostra que, na década de 1990, o volume proporcional de dissertações e teses da área de educação que tinham como foco a formação de professores girava em torno de 7%; já no início dos anos de 2000, esse percentual cresce rapidamente, atingindo 22%, em 2007. A mudança não ocorreu apenas no volume de pesquisas, mas também nos objetos de estudo: nos anos de 1990, a grande maioria das investigações científicas nessa subárea centrava-se nos cursos de formação inicial (75%); nos anos de 2000, o foco dirige-se ao (à) professor (a), aos seus saberes, às suas práticas, às suas opiniões e às suas representações, chegando a 53% do total de estudos. (GATTI, 2011, p. 15).

Como o período da amostra refere-se a mudanças significativas nas políticas de

formação docente no país, essa evolução no perfil das pesquisas desenvolvidas mostra-se bastante relevante já que o foco é alterado e os professores ganham voz. Essa voz pode permitir que a formação docente seja avaliada pelos seus atores e não somente por ela mesma. Além disso, o aumento do percentual de trabalhos voltados para o tema mostra também um aumento do interesse sobre o mesmo.

6 | DESENHO DA PESQUISA

O trabalho será iniciado com uma visita, em dia escolar, por ser um momento em que todos os profissionais se encontram na escola, para que se possa apresentar o projeto às professoras e a toda equipe escolar, seus objetivos, justificativa e uma breve explanação da metodologia pretendida. Em seguida será feito o convite às professoras, esclarecendo primeiramente alguns critérios para que possam optar por participar ou não da pesquisa.

Os critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa serão: ser professora nos anos iniciais do Ensino Fundamental da escola-campo; ter professores de sua turma vespertino pelo interessada em participar da pesquisa após conhecer o projeto; ter disponibilidade para as atividades de pesquisa; assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os critérios de exclusão da pesquisa são: não possuir disponibilidade para desenvolver as atividades propostas; não ter interesse em participar da pesquisa mesmo depois de conhecer o projeto de pesquisa; ter aceitado, mas não ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nesse encontro também serão feitos esclarecimentos às professoras para que fiquem cientes de que será respeitada a privacidade, o sigilo e a liberdade de recusarem a participar da pesquisa, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, bem como serão esclarecidos os possíveis riscos entendidos como toda e qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual da professora participante do estudo, em qualquer atividade da pesquisa e dela decorrente, além de prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatizarão dos participantes da pesquisa, garantindo que não serão utilizadas informações em prejuízo das participantes, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Para tanto a ação prioritária da pesquisa, antes que se iniciem as atividades com os sujeitos da pesquisa, será apresentar-lhes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento em que constam as informações sobre a pesquisa e sobre a participação dos sujeitos da pesquisa, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre o estudo.

Após a constituição do grupo de professoras participantes da pesquisa, pretendemos proporcionar um momento para maiores esclarecimentos a respeito da metodologia. Nesse encontro falaremos um pouco a respeito dos instrumentos de pesquisa, as entrevistas e o

grupo de formação.

O estudo será desenvolvido com os professores da educação ensino fundamental a. Por sua temática, tem como foco levantar opiniões, atitudes e crenças de um grupo sobre seus papéis na formação autora e leitora de um grupo de alunos, de uma escola pública de educação ensino fundamental. A pesquisa possui uma série de 6 etapas: Etapa 1: levantamento da produção científica sobre o tema investigado com o objetivo de contextualizar a pesquisa. Etapa 2: revisão bibliográfica para buscar fundamentação para o estudo. Etapa 3: trabalho de campo com apresentação da proposta de pesquisa para os professores da escola que o estudo será realizado. Nesse momento será documentado o interesse dos professores em participar da pesquisa. Etapa 4: Trabalho de campo com realização das entrevistas aos professores da educação ensino fundamental e realização dos grupos de formação professores. Nesta etapa ainda será feita a organização e leitura desses dados para maior compreensão das relações que os sujeitos estabelecem no que se refere a formação continuada da educação ensino fundamental . Etapa 5: organização e análise dos dados gerados na pesquisa por meio do método genético proposto por Freire (2001:45), buscar cultivar o desenvolvimento do pensar certo: o pensar reflexivo, crítico, criativo, ético e autônomo numa prática dialógica e democrática. Sujeitos participantes da pesquisa por meio da decomposição da totalidade em unidades de análise. Etapa 6: escrita do relatório final (dissertação).

7 | ANÁLISE DOS DADOS

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Caracteriza-se, assim, como um método de tratamento da informação contida nas mensagens. A análise categorial é uma das técnicas utilizadas para a realização da análise de conteúdo, e, em seu desenvolvimento, desmembra o discurso em categorias.

Os critérios de escolha e de delimitação das categorias são determinados pelos temas relacionados aos objetos de pesquisa e identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados (BARDIN apud VALENTIM, 2005).

Segundo Bardin (2006, p. 38) refere que a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. ... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (tradução nossa)

Portanto, os dados levantados dos professores serão trabalhados em unidades de

análises e comparados com a finalidade analisar as concepções de educação inclusiva em projetos de formação continuada de professores do 9º ano ensino fundamental. A unidade de análise de conteúdo, até mesmo utilizando conceitos diferenciados e diferentes terminologias para diversas etapas da técnica, neste ensaio teórico toma-se como base a conceituação de Bardin (2006).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 43ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**, São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba de Sá; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B.A. (Org.). Análises pedagógico-curriculares para os cursos de licenciatura vinculados às áreas de artes, biologia, história, língua portuguesa, matemática e pedagogia no âmbito da Uab e Parfor. Documento Técnico. Brasília: Unesco/MEC/Capes, 2012

GIL, Antonio Carlos. . **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Possibilidades de história ao contrário, ou, como desencaminhar o aluno da classe especial**. 3 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2004.

PLETSCH, M. D. *O professor itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

RESOLUÇÃO, N°. 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União**, v. 13, 2013

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade na escola 13, 17, 23
Alunos com necessidades especiais 32, 55, 56
Apraxia 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31
Apraxia da fala 24, 27, 28, 29, 30
Associação Brasileira de Normas Técnicas-NBR 9050 13, 17

B

Banheiro adaptado 13, 19, 20

C

Comunicação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 16, 17, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 48, 49, 61
Comunicação alternativa 5, 24, 26, 28, 29, 30
Comunicação alternativa e ampliada 5
Comunicação aumentativa alternativa 24, 25, 28, 30
Covid-19 48, 49, 50, 53, 58, 59, 60
Criança autista 1, 4, 6, 8
Crianças 3, 4, 5, 6, 9, 14, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 52, 53

D

Deficiência física 13, 18, 20, 23, 55

E

EAD 49
Educação 1, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61
Educação a distância 24
Educação especial 1, 6, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 24, 33, 48, 57, 59, 60, 61
Educação inclusiva 11, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58
Ensino 1, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58
Ensino fundamental 13, 17, 20, 23, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 42, 44, 45, 46
Ensino remoto 48, 50
Estratégias de ensino 1
Estudantes 11, 13, 18, 20, 21, 23, 28, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

F

Facilitadores 16, 21, 27, 31, 51, 56

Formação continuada 17, 21, 22, 23, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 43, 45, 46, 59

Frutal-MG 37

H

Habilidades 5, 9, 29, 51, 58

I

Inclusão 1, 2, 3, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 29, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 44, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

Instrumentos 2, 15, 16, 22, 27, 28, 30, 31, 37, 38, 44

Interação social 3, 4

L

LDB 33, 35, 42

LIBRAS 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 61

Língua de sinais 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

Linguagem verbal 5

M

Metodologias de ensino 53

Mobilidade reduzida 13, 16, 17, 18, 20

N

NBR 9050 13, 17, 18, 19, 22

P

Pandemia 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 58, 60

Paulo Freire 32, 34, 36, 41

Percepção dos professores 13

Plataforma Moodle-AVA 13, 17

Política Nacional de Educação Especial 15, 22

Políticas de educação inclusiva 14

Processo de formação continuada 32, 59

Processo de inclusão 3, 6, 16, 54, 57

Professores 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 59

S

Sala de aula 1, 2, 7, 9, 10, 28, 34, 37, 40, 55

T

TEA 2

Transtorno do espectro autista 2

Compreendendo o processo de inclusão:

Limitadores
e facilitadores

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Compreendendo o processo de inclusão:

Limitadores
e facilitadores

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora

Ano 2021